

Brasília: concepção, realidade, destino

J.G. DE FIGUEIREDO FERRAZ

Tudo é muito recente, muito próximo. Parece ter ocorrido há bem pouco tempo. São passados, entretanto, 26 anos. Para uma cidade é como se apenas nascesse. Ressoam ainda em nossos ouvidos as vozes entusiasmadas que sobrevieram quando da histórica decisão de construir Brasília. E riscam, também ainda, a nossa retina, de modo fugaz, mas sensível, as manchetes da época alusivas a este fato, assim tão marcante quanto singular.

Evocamos, todos, com muita vibração, tomados de grande euforia e entusiasmo, a epopéia da construção da nova Capital, aquele feito indelével que haveria de seccionar a história do nosso País, e se postar qual um divisor de águas, fazendo fluir para uma outra vertente os fatos e feitos que, daí por diante, se derramariam futuro afora. Uma nova bandeira de penetração se embrenhara pelas entranhas das terras brasileiras, rememorando as entradas dos sertanistas, impelidos pela força incoercível de ato da sua façanha malsuca. Mas, desta feita, uma bandeira que havia de cumprir missão mais nobre: a de penetrar para permanecer; a de cravar no coração do solo pátrio a estaca-símbolo decisão; a de induzir nas plagas distantes o progresso e o desenvolvimento; a de romper com a estrutura colonial de ocupação apenas das áreas litorâneas; a de sediar a milhares de quilômetros da costa a Capital da República; a de, enfim, construir Brasília.

Era um sonho de há muito acalentado. Desde o Brasil colônia a idéia tomara corpo. No Império, para a afirmação e consolidação da independência do País, tinha-se como impreterível implantar a Capital o mais longe quanto possível. O longe bastante para lograr a integração nacional; o longe bastante para ocupar regiões rarefeitas e remotas; o longe bastante para fugir das turbulências de um centro populoso; o longe bastante para a estratégia da defesa externa.

Era uma intenção que permanecia latente e não encontrava a efetivação. Era uma intenção que se postou flagrante na já primeira Constituição republicana de 1891. Jazia, entretanto, na imaginação e escapava ao real. E o sonho de Dom Bosco como que profetizava uma iminente concretização deste ideal distante.

Tudo aguardava a época certa e o homem certo. O homem que romperia o manto da fantasia, o homem que quebraria as amarras da utopia. Surgiria, tempestiva e compulsoriamente, a figura ímpar que o País consagraria como um dos seus vultos maiores: Juscelino Kubitschek.

A história havia reservado para tal feito o momento adequado. Aguardava uma conjugação. Esperava pelo instante em que poria, frente a frente ao autor maior da memorável decisão, dois nomes que haveriam de propiciar não apenas a construção de uma nova cidade, de uma nova capital, mas de uma cidade ímpar, de uma cidade monumento, a denunciar na pureza da sua concepção, no capricho de seu traçado e na beleza dos seus edifícios, todos os anseios de uma nação jovem e madura, todas as aspirações de um povo consciente do seu destino. Aguardava a presença imprescindível de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer. E se fez, assim, a Cidade Arte e se fez, então, a Cidade Símbolo.

Uma realidade nova explodiu. Brasília foi construída. Como capital se firmou, como cidade se desenvolveu. Percorre hoje a rota que lhe fora imposta, mas já sob os prenúncios de turbulências ameaçadoras a toldar o horizonte, até então transparente e límpido.

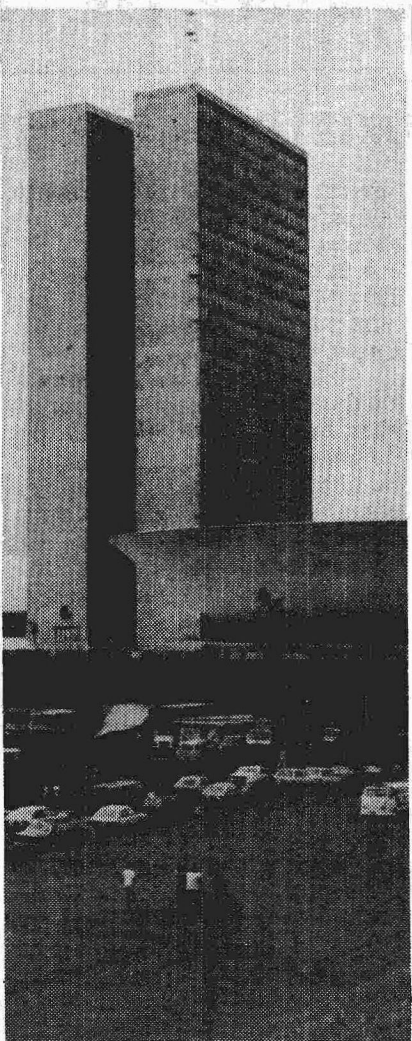
Ameaças se lhe postam. Obstáculos se lhe antepõem, a perturbar um destino traçado e a comprometer sua missão precípua.

Ao depois de gigantesco esforço — implantada que fora no longínquo baricentro do planalto central, carinhosa e minudentemente projetada, provida dos equipamentos urbanos exigidos para uma população de porte normal — cumpriria Brasília as funções que lhe foram destinadas? Cresceria conforme as previsões primeiras, ampliando e paulatinamente adequando sua estrutura básica para manter o desejado equilíbrio urbano? E cumpriria também sua condição de grande cidade, de capital do País? Manteria ela a rota que lhe fora imposta?

Há um risco de que isto não aconteça. A realidade se demonstrará muito outra. Algo de preocupante e ameaçador ocorreu e vem ocorrendo.

A cidade Brasília, no início, era entendida como a cidade projetada; o Plano Piloto. Naquela altura todo o esforço se concentrava na sua construção. Os trabalhadores, mobilizados para erguer esta obra, foram se assentando em áreas dispersas que, aos poucos, se tornaram manchas urbanas, e finalmente, com o correr do tempo, se transformaram nas cidades satélites de hoje. E estas cidades, por assim dizer, conseqüentes, contêm agora, uma população bem maior que a do Plano Piloto, sem que se tenham submetido a um planejamento prévio, a exemplo do mesmo. O conjunto todo passou, então, a ser designado genericamente como Brasília. Um conjunto urbano heterogêneo, sujeito à administração centralizada. Assim, aquela cidade planejada para, ao final do século, alcançar os quinhentos mil habitantes, submeteu-se desde o seu nascer, a um crescimento tão violento que sua população ultrapassa hoje a casa do milhão e meio. E, a julgar pelas taxas vigentes, ainda que sofram elas um amortecimento ou decréscimo, ter-se-á superado de muito os três milhões no transcorrer do século, a daqui apenas treze anos.

Não é difícil constatar, por mera e simples avaliação do custo dos equipamentos físico-sociais, necessários ao abrigo de tamanha massa populacional, em contínuo crescer, que esta Brasília complexa defrontar-se-á com barreiras quase intransponíveis. Concebida e construída para ser uma cidade modelo, dotada de uma estrutura compatível com sua missão e propósitos, transformar-se-á fatalmente, a menos

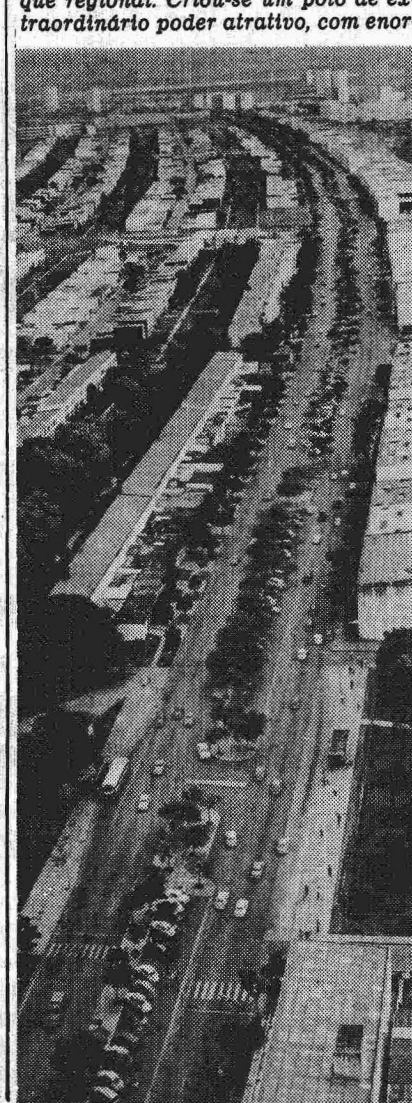


que se rompa este processo deformante, em um macroscópico aglomerado humano, disforme e contido em uma área restrita, palco de turbulências e de grandes tensões.

Já se tornaram flagrantes as insuficiências estruturais urbanas. Não obstante o empenho e a luta pertinaz e incessante travada para removê-las, o atendimento se vai tornando cada vez mais difícil, para angústia e apreensão dos governos que se sucedem. E, inexoravelmente, as carências e reclamos se vão acumulando, de forma contínua e crescente, tornando mais remotas ainda as possibilidades de atendimento. Ter-se-ia, assim, cometido um erro tão grosseiro na avaliação populacional? Poder-se-ia, na época, prever viesse Brasília a se transformar em um tão poderoso pólo de atração, a ponto de refazer a grande área em que foi inserida? Seria lícito assumir taxas de aumento demográfico tão elevadas, aceitando-as como fatais, inexoráveis, e passivamente aguardar a consumação deste crescer assim gigantesco? Não. Nenhum erro foi cometido. Ao contrário, o bom senso e a lógica comprovam o acerto dos planejadores. Na verdade as causas do crescimento populacional de Brasília não residem apenas nela, em que pese o seu elevado poder de atração. Prevalecem as grandes discrepâncias regionais, a criar enormes diferenças de potenciais e, daí, o fluxo migratório.

As deficiências infra-estruturais se acumulam rapidamente... É preciso fazer algo, e logo

As finalidades primeiras de Brasília sempre foram: a de propiciar a integração nacional; a de estimular o desenvolvimento de uma imensa área, longínqua e rarefeita; a de criar uma região geo-econômica sólida, capaz de ombrear-se com as outras mais avançadas, litorâneas; e a de fixar a capital no baricentro do País. Entretanto, apenas parte destes objetivos foram alcançados. O desenvolvimento se realizou, mas tão somente em sítio muito restrito. Um desenvolvimento mais pontual que regional. Criou-se um pólo de extraordinário poder atrativo, com enor-



me círculo de influência, a drenar para si contingentes populacionais volumosos.

Como conseqüência, esta cidade que projetada fora — e acertadamente — para assumir um porte adequado às suas funções de Capital Federal, se vê ameaçada a tornar-se mais um macroscópico aglomerado humano, com todas as implicações maléficas, em flagrante contraste com as intenções primeiras, que objetivavam um ambiente calmo, tranquilo, sem as efervescências urbanas dos grandes centros, a permitir fossem tomadas lá as decisões maiores, livres de pressões e de coações.

Com o crescer desproporcionado de Brasília, vai se evidenciando, clara e incontestavelmente, a discrepância entre os recursos disponíveis e aqueles necessários ao provimento dos reclamos urbanos. E, como conseqüência compulsória, as deficiências infra-estruturais se acumulam rapidamente, tornando impossível a recuperação do equilíbrio perdido, a menos que se faça algo, e logo.

Assim, neste curso perigoso, a Capital Federal, tornar-se-á muito em breve, presa fácil do processo de instabilidade de que já são tomados os grandes centros urbanos, onde a contenção do aumento demográfico escapa ao controle, como sói acontecer na cidade de São Paulo.

Para bem caracterizar esta perda de estabilidade, basta atentar para qualquer uma das grandes e manifestas deficiências, cujos esforços e ações para eliminá-las resultam, paradoxalmente, no seu aumento. Assim, maior quantidade de residências ofertadas, maior o "déficit" habitacional; maior atendimento social, para cobrir as carências atuais, maiores as carências futuras. Qualquer atendimento gera estímulo às correntes migratórias, contribuindo para agravar de muito a situação vigente.

Além do mais, no caso específico de Brasília, há que se atentar ainda para as sérias limitações de caráter físico, incompatíveis com o seu crescer desmesurado. Dentre as mais sugestivas destas limitações contam-se os escassos recursos hídricos, que, bem dosados, apenas podem suprir a população atual. Para o futuro, ter-se-á, entretanto, de proceder à importação de água de mananciais longínquos, a custos desproporcionados. E note-se um agravante: nesta cidade, dada a peculiaridade de clima seco, reside o maior consumo per capita de todo o País; um valor que excede os 800 lit/hab/dia, muito maior que a média, mesmo das cidades industriais.

Buscar, pois, atender Brasília, tentando eliminar os "déficits" urbanos e, assim, acompanhar o seu desbragado crescimento, é quase utopia. Na postura passiva de permitir que os caudais migratórios continuem a fluir, a capital federal mergulhará, muito em breve, no desespero e no descontrole administrativo. Cumpre, assim, procurar estancar ou amortecer o processo migratório, e, pela análise das causas determinantes, prover a população antes que ela se desloque, ou fixá-la em cidades mais afastadas, com ofertas de emprego e atendimentos sociais, mobilizando ações que se contraponham ao poder de atração de Brasília.

De resto, o Distrito Federal, desde a sua implantação, foi sendo ocupado de modo irregular, com a população distribuída por inúmeros assentamentos, nas impropriamente chamadas cidades satélites que, na realidade, se estruturaram como verdadeiras cidades, de dimensões equiparáveis às dos grandes centros do País.

Este tecido urbano de malha grossa, ainda não disciplinado, enquanto ocupação territorial, vai velozmente se adensando, em um vistoso processo de aproximação e conurbação com a Brasília idealizada, condenada a se confinar apenas na área do Plano Piloto. Se nada obstar esta dinâmica, em futuro muito próximo, visitar-se-á esta cidade planejada, então cercada e sitiada, como se visita hoje logradouros históricos. E os pósteros poderão bem avaliar o que ocorreu em certa época e o que resultou de um sonho e de um plano arrojado.

Além das dificuldades várias, decorrentes de um volume demográfico muito superior ao projeto, outros empecilhos e obstáculos se antepõem ao controle político-administrativo desta área.

As cidades satélites postulam sua autonomia, para se constituírem em municípios independentes.

No entanto, se isto vier a ocorrer — o que fatalmente ocorrerá — vai surgir, em breve um quadro singular: a independência administrativa municipal em flagrante colisão com um poder global maior; eis que os problemas metropolitanos e as suas respectivas soluções extravasam à competência dos municípios que se hão de formar.

Ademais, se o Plano Piloto, a exemplo das cidades satélites, buscar e conseguir a sua autonomia, um novo fato ocorrerá: todo o espaço físico e social, de caráter essencialmente federal, será gerido por uma administração municipal; espaço esse dentro do qual se situam os três poderes maiores e o comando supremo do País. Não haveria nisto uma incompatibilidade flagrante? Ou seria algo de inenunciável, a exigir estudos e análises profundas sobre os efeitos de uma tal situação.

Todo este quadro, tão complexo quanto intrincado, merece exame e concentrada atenção.

Eis o porquê e a justificativa maior do Simpósio "Brasília: Concepção, Realidade, Destino", que começa depois de amanhã. Toda uma plêiade de participantes, de destacadas figuras do mundo universitário, administrativo e político, será mobilizada na busca de soluções viáveis para questões assim tão importantes quanto urgentes. Deste conclave surgirão preçiosas proposições e sugestões que, colhidas, farão o corpo de um documento de extraordinário valor, importante subsídio para a Carta Magna, esta norma maior que há de, muito em breve, reger os destinos da nação brasileira.